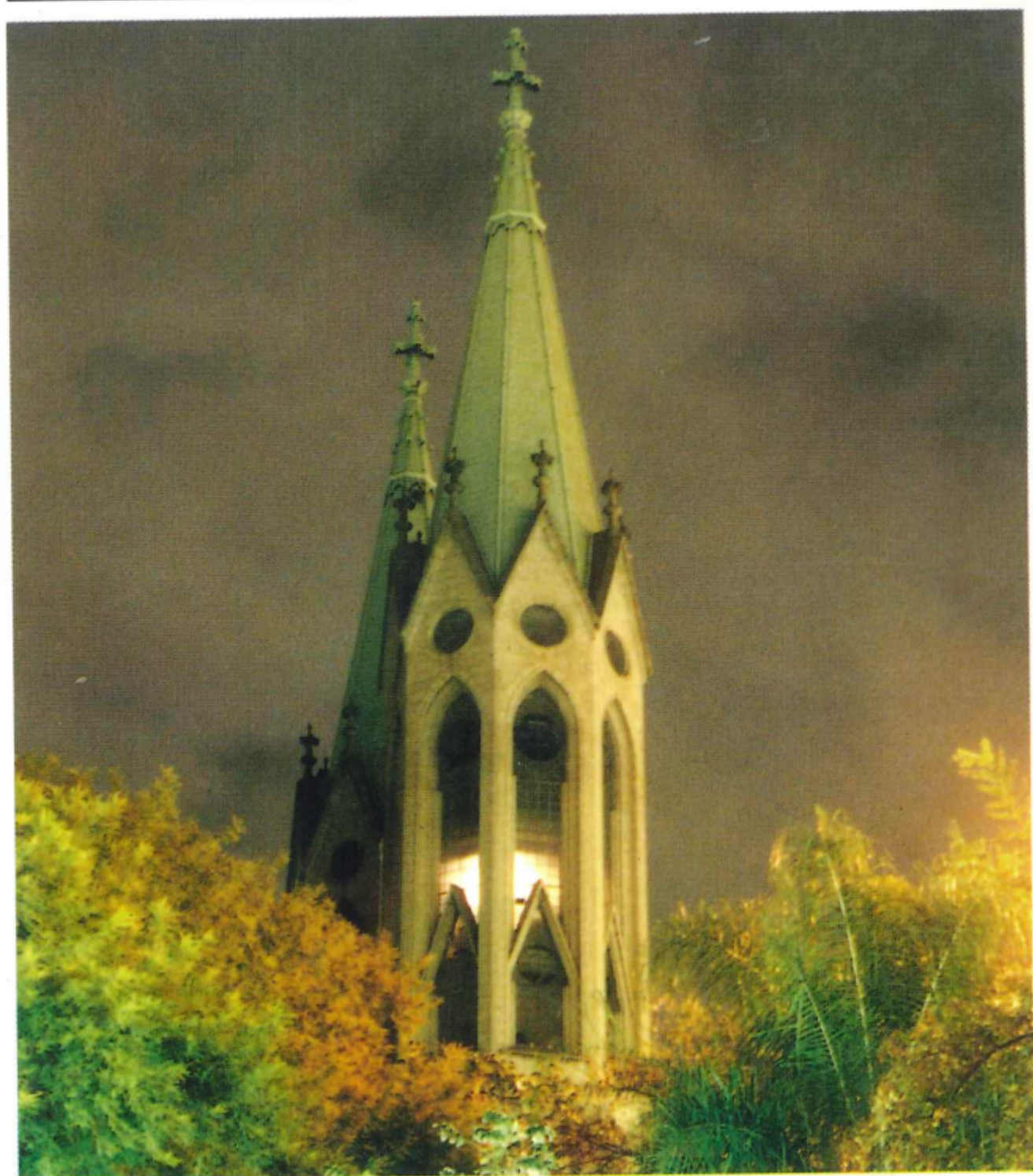


MARCO MACIEL: LIÇÕES DA DEMOCRACIA • VILMAR ROCHA: LEI OU CENSURA? • ROBERTO BRANT: A PREVIDÊNCIA NO COMBATE À POBREZA • GUSTAVO KRAUSE: O WORLD TRADE CENTER E A MUSTARDINHA • SARNEY FILHO: MEIO AMBIENTE E ENERGIA • ALCENI GUERRA: O COMPORTAMENTO CÍNICO • GILBERTO KASSAB e RODRIGO GARCIA: NO CAMINHO DA TECNOLOGIA • JALLES FONTOURA: DESAFIOS DE 2001 • ROMEU TUMA: O ESTATUTO DA CIDADE • MARCOS CINTRA: ROBERTO CAMPOS TEM RAZÃO • VINÍCIUS LUMMERTZ: A FORÇA DOS PRODUTOS COM ALMA • MÚCIO AGUIAR NETO: MÃE DA SANTA ESPERANÇA



CADERNOS DO

Novembro de 2001 – 27

PFL²⁵ – DEBATES

© by Autores

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

Massao Ohno Editor
Rua da Consolação, 3676
CEP 01416-000
São Paulo, SP

Coordenação Editorial: Romero Azevedo

Supervisão: Mauro Salles

Composição: Hilda Gushiken
Fotolito: Trama Editorial
Impressão: Parma

Capa: Torreão da Catedral da Sé, São Paulo, SP
Foto de Marjorie Rose Sonnenschein, 2001

Ilustrações: Micael Faccio

2001

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ROBERTO CAMPOS TEM RAZÃO

Marcos Cintra

Uma pessoa que pela primeira vez se interessasse em conhecer a literatura sobre reforma tributária chegaria a uma curiosa conclusão. A de que toda a polêmica gira quase que exclusivamente em torno da extinção dos tributos em cascata.

As principais entidades empresariais brasileiras divulgaram um duro manifesto contra o governo, cobrando a reforma tributária que não aconteceu. O documento, contudo, demonstra que a verdadeira meta dos empresários aparentemente não foi a ampla discussão da questão tributária, com todos os seus descalabros e disfunções, mas apenas um discurso contra a cumulatividade, ou seja, um manifesto contra os impostos em cascata. Nada foi reivindicado quanto à sonegação, à corrupção, aos altos custos relacionados às obrigações acessórias tributárias impostas aos contribuintes, à burocracia ou à iniquidade do atual sistema de arrecadação de impostos no Brasil.

O mais curioso é que os representantes das classes produtivas não enxergam sua própria realidade ao se manifestarem contra os impostos em cascata. Mais de 90% das empresas brasileiras são tributadas de forma cumulativa. Não se trata de uma imposição, mas de sua própria opção.

Roberto Campos certa vez se referiu à intrigante distinção feita pelos empresários brasileiros entre dois tipos de cascatas. Uma, tida como maligna, inclui os odiados CPMF, PIS e Cofins. Contra eles são disparadas todas as críticas, justas ou injustas. Por outro lado, há tributos que, mesmo sendo cumulativos, são unanimemente elogiados pelos empresários. São eles o Simples e o Imposto de Renda das empresas tributadas pela modalidade do lucro presumido. Nestes dois casos, a opção é exclusivamente das empresas, e ao fazerem esta escolha estão reduzindo suas obrigações tributárias. Merecem, portanto, rasgados elogios das lideranças empresariais, ainda que, do ponto de vista técnico, o Simples e o do lucro presumido sejam impostos em cascata tanto quanto a CPMF e a Cofins.

Mas a ausência de lógica vai além. O ICMS, tido como imposto moderno por ser sobre valor agregado, carrega forte cumulatividade em sua operação. Quando a cadeia de débitos e créditos se rompe, ele se torna cumulativo, ainda que, quanto a isto, não haja reclamações. Por exemplo, o setor agrícola não encontra meios de se creditar do ICMS embutido no preço de seus insumos. Os prestadores de serviços são igualmente tributados pelo ICMS de forma cumulativa, já que não se creditam do ICMS cobrado nas etapas anteriores da produção. O ISS é cumulativo, da mesma forma que o será o Imposto de Vendas a Varejo (IVV), que os representantes da classe empresarial defendem em seu projeto de reforma tributária.

Mais surpreendente ainda é que mesmo a legislação do ICMS vem sendo alterada para que ele passe a ser arrecadado de forma totalmente cumulativa. Um

exemplo são as recentes decisões que autorizam o setor de alimentação e restaurantes em São Paulo a recolherem o tributo como proporção do faturamento bruto. Mais uma vez, o fato ocorre por exclusiva opção, e com os agradecimentos das empresas, que se rebelaram contra a burocracia e a inviabilidade dos complexos mecanismos não-cumulativos de cobrança de ICMS. Vê-se a ambigüidade que envolve o debate dos tributos em cascata, já que até mesmo o maior imposto sobre valor agregado do país, o ICMS, vem se tornando cada dia mais cumulativo.

Assim, quando interessa, quando a carga tributária pode ser reduzida, a cascata é considerada benigna até pelos ferrenhos críticos da cumulatividade. Mas quando a cascata implica carga tributária alta e insonegável, torna-se diabólica. É forçoso concluir que a crítica à cumulatividade é revolta contra a alta carga tributária. Pena que isto não seja explicitado, trazendo transparência e racionalidade ao debate.

Mas quais são as críticas substantivas à cumulatividade?

Descritas por seus adversários como odiosos impostos em cascata, a CPMF e a Cofins são chamadas de impostos burros, injustos, anti-produção, causadores de despoupança, e prejudiciais às exportações. O analista novato não poderá evitar a impressão de que, com a eliminação dos tributos cumulativos, tudo será resolvido na economia brasileira, e que, como num passe de mágica, o sistema tributário brasileiro passaria a ser racional, justo, moderno e eficiente.

Essa "cascata" da cascata precisa ser analisada. Não há nada mais medíocre do que aceitar, sem rigo-

rosa avaliação crítica, os preconceitos e os chavões que estas opiniões expressam.

Discutir a reforma tributária focando a questão da cumulatividade compreende um erro fundamental. A sonegação, a evasão fiscal, o alto custo para o setor público e para as empresas, a corrupção e a iniquidade são os tumores que precisam ser eliminados do sistema de impostos brasileiro. Isto somente será possível quando o país demolir a atual estrutura baseada em impostos declaratórios.

Publicado em *O Globo*, 24/08/2001